

DÉFICIT DEMOCRÁTICO DA UNIÃO EUROPEIA: a Crise da Zona do Euro como um fator agravante?

Vivien A. Schmidt

Antes da crise da Zona do Euro, a questão sobre se a União Europeia sofreria de um déficit democrático se manteve aberta. De um lado estavam aqueles que argumentavam que a UE não tem déficit democrático porque sua legitimidade está apoiada não só na eficácia dos resultados de suas políticas – incluindo mais notavelmente o Mercado Único, a Moeda Única, e a grande variedade de direitos garantidos – mas também na qualidade de sua mistura de processos de governança¹. De outro lado estão aqueles que insistem que a UE tem grandes problemas de legitimidade não só porque sua “política” não é participativa o suficiente, dando aos cidadãos representação direta e participação a nível de UE insuficientes, mas também porque tem um impacto deletério nas democracias nacionais dos estados-membros.

Desde o começo da crise na Zona do Euro, a resposta sobre se a UE tem um déficit democrático não está mais em questão. A maioria das respostas atualmente são afirmativas, dos manifestantes nas ruas aos políticos nacionais e líderes da UE. Ao passo em que alguns duvidam da eficácia dos resultados das políticas da EU, enquanto a UE entra em recessão ao mesmo tempo em

1 Estes são normalmente vistos como englobando cinco tipos diferentes de processos de governança: a tomada de decisão intergovernamental do Conselho Europeu; o “Método Comunitário” de tomada de decisão conjunta entre a Comissão, Parlamento Europeu (PE) e o Conselho; supra-nacionalismo dos órgãos regulatórios como o Banco Central Europeu (BCE), a Corte Europeia de Justiça (CEJ), e diretório-gerais da Comissão como Competição ou Comércio Internacional; e o Método Aberto de Coordenação sobre políticas de trabalho e sociais.

que empréstimos de resgate e garantias se proliferam, outros desacreditam no crescente desequilíbrio nos processos de tomada de decisão, pendendo em direção à decisão intergovernamental tomada pelo Conselho, acompanhada de supervisão técnica da Comissão, mais ações independentes do Banco Central Europeu (BCE) e significativa ausência de envolvimento do Parlamento Europeu (PE). Além disso, quase todos concordam que a UE requer mais representação democrática para garantir legitimidade, e assim, maior integração política para acompanhar a integração econômica que continua sempre a ser aprofundada, resultante das sucessivas respostas à crise. Mas o que tal “maior união política” ocasionaria se mantém uma questão controversa.

Neste trabalho, eu exploro mais de perto a questão de como analisar a UE em termos de legitimidade democrática, para esclarecer as diferentes dimensões do déficit democrático e como isso tem sido exacerbado pela crise na Zona do Euro, antes de sugerir algumas formas de remediar tal déficit. Eu começo definindo os mecanismos de legitimidade da democracia europeia nos termos da teoria de sistemas mais usada pelos cientistas políticos para discutir a legitimidade da EU – resultados políticos “de saída” e participação política “na entrada”, mas especificando um mecanismo adicional envolvendo processos de governança “através”. Eu então uso estes para ajudar a analisar os desafios particulares gerados pela crise na Zona do Euro sobre a legitimidade democrática, tanto no nível da UE quanto no nacional. Em particular, eu pergunto: a UE pode democratizar suas instituições, repensar sua organização e regras, e estimular seus cidadãos?

1. LEGITIMIDADE DE ENTRADA, DE SAÍDA E ATRAVÉS² NA UNIÃO EUROPEIA

Legitimidade democrática na UE é com frequência teorizada em termos de dois mecanismos legitimizadores derivados da teoria dos sistemas: a *entrada*, julgada em termos da capacidade de resposta às preocupações dos cidadãos como resultado da participação “pelas pessoas”, e saída, julgada em termos da eficácia dos resultados da política da UE “para as pessoas”³. A entrada está preocupada com a participação e deliberação ativas dos cidadãos nos processos políticos

2 N. do T.: tradução dos termos *input*, *output* e *throughput*, este último um neologismo da autora.

3 Scharpf, 1970, 1999.

da UE e a representatividade dos instituições da UE. A saída relaciona legitimidade primeiramente com resultados das políticas, isto é, a eficácia das soluções da UE aos problemas. Debates sobre a legitimidade da UE tenderam a se dividir entre aqueles que argumentam que a UE pode ser legitimizada somente baseado nas políticas de saída, porque as políticas produzidas pelos reguladores independentes em múltiplos sistemas de veto servem intrinsecamente ao interesse geral⁴, e há aqueles que insistem que políticas de entrada são necessárias e insuficientes na UE.⁵

O que geralmente é esquecido nesta formulação dicotômica da legitimidade da UE é um terceiro mecanismos de legitimação, também derivado da teoria dos sistemas, que foca no que acontece na “caixa preta” da governança entre a entrada e a saída, que eu chamo de “através”.⁶ “Através” envolve processos de governança da UE com as pessoas.⁷ Ele foca na eficácia dos processos de tomada de decisão,⁸ na responsabilidade daqueles engajados com a tomada de decisão,⁹ na transparência da informação,¹⁰ e na inclusão dos processos e abertura à consulta dos grupos de interesse da “sociedade civil”.¹¹ A qualidade dos processos de governança, então, e não só a eficácia dos resultados ou a participação e representação dos cidadãos, é um critério importante para avaliar a legitimidade da UE. Por muito tempo tem estado dentre as formas centrais com a qual jogadores institucionais da UE tentam responder às críticas sobre a pobreza de legitimidade de entrada da EU e reforçar reivindicações sobre a legitimidade de saída. Ao fazer isso, eles agiram sob a suposição de que um bom rendimento possa servir como uma forma de “cordão sanitário” para a UE, garantindo a confiabilidade dos processos e servindo, assim, como uma forma de reforçar, ou melhor, ressegurar, a legitimidade do nível de governança da UE.

Mas essa suposição que processos através possam de alguma forma compensar a ausência de políticas de entrada ou resultados de saída é realmente problemático. Ao

4 Majone, 1998; Moravcsik, 2002.

5 E.g, Mair, 2006; Hix, 2008.

6 Schmidt, 2013; veja também Zürn, 2000; Benz e Papadopoulos, 2006.

7 Aqui, eu adicionei uma preposição à famosa frase de Lincoln “governo por, de e para as pessoas” para indicar outro mecanismo de legitimação que teóricos pluralistas, a partir dos anos 1950, começaram a adicionar aos três tradicionais, envolvendo interesses de intermediação em regimes pluralistas. (Schmidt, 2006).

8 Scharpf, 1988.

9 Harlow e Rawlins, 2007.

10 Hérítier, 2003.

11 Ex.: Coen e Richardson, 2009.

passo que políticas de entrada *pelas* pessoas e políticas de saída *para* as pessoas podem envolver *trade-offs* em relação à legitimidade democrática, na qual mais de um compensa por menos do outro, através *com* as pessoas não interage com a entrada e a saída da mesma maneira. Pouca entrada por parte dos cidadãos pode ser compensada com boas políticas de saída, e muita entrada por parte dos cidadãos pode legitimar uma política, mesmo que seja ineficiente. Para ilustrar, nos primeiros anos da UE, muitos explicaram o “consenso permissivo” dos cidadãos da UE como um em que suas satisfações gerais com as políticas de saída significava que havia pouca preocupação com sua falta de entrada. Em contraste com o *trade-off* entre entrada/saída, um através de maior qualidade – por mais que a eficácia das regras, a responsabilidade dos atores ou processo transparente, aberto e acessível – não compensa por políticas de saída ruins ou participação de entrada mínimas. Mas um através ruim – consistindo de práticas de governança opressivas, incompetentes, corruptas ou tendenciosas – é provável que enfraqueça percepções públicas sobre a legitimidade da governança da UE, e pode até levar ao questionamento da entrada e da saída ao parecer que enviesa a política representativa ou mancha as soluções de políticas.¹²

A natureza de múltiplos níveis do sistema da UE complica ainda mais as questões, já que estes mecanismos de legitimidade estão profundamente divididos entre os níveis nacional e da UE. Devido ao fato que a UE carece de políticas de entrada provenientes de um governo eleito diretamente, sua legitimidade democrática de baseia primeiramente nas políticas de saída *para* as pessoas e processos *com* as pessoas a nível de UE. A participação na entrada pelas pessoas se mantém, porém, situada principalmente a nível nacional. Isso resulta em “política sem políticas de ação”¹³ a nível nacional, já que mais e mais decisões sobre políticas de ação foram movidas para o nível da UE, enquanto deixa a política de direita e esquerda para a arena nacional. Em nível nacional, a divisão dos mecanismos de legitimidade tem tido sérias consequências, nas quais cidadãos podem sentir que eles têm poucos recursos frente às políticas da UE das quais eles discordam politicamente. Eles, portanto, consideram os políticos nacionais responsáveis por políticas de ação pelas quais não são completamente responsáveis, sobre as quais podem ter pouco controle, e às quais podem não ser comprometidos politicamente.¹⁴ A crescente mudança de governos durante a crise na Zona do Euro

12 Schmidt, 2013.

13 NT: No original lê-se “politics without policy”. Em português, a frase perde parte do efeito, devido ao fato que ambas as palavras são traduzas como “política”.

14 Schmidt, 2006.

em particular, oferece evidência para isso, assim como o crescimento de partidos nos extremos políticos, e as dificuldades que alguns partidos vencedores tem para formar governos, mais notavelmente no caso recente da Itália.

Como contraste, a nível da UE, encontramos “políticas de ação sem política”. As políticas de direita e esquerda são muito menos presentes que nas políticas de interesse nacional no Conselho, as políticas de interesse público no Parlamento Europeu (onde consenso e compromisso estão na ordem do dia), e as políticas de interesses organizados e/ou tecnocracia na Comissão Europeia.¹⁵

Ainda assim, e aqui está o atrito, apesar do discurso em nível de UE parecer ser políticas de ação sem política, o conteúdo real destas políticas pode ser muito político. A ausência de oportunidade para debate político em uma arena a nível europeu claramente visível e integrada adicionada ao discurso tecnocrata da Comissão e os discursos focados no consenso tanto do Conselho quanto do Parlamento, fazem as políticas da UE parecerem apolíticas.

Mas as políticas econômicas, em particular aquelas em resposta à crise na Zona do Euro, são na realidade altamente conservadoras, seguindo ideias neo-liberais e ordo-liberais (leia-se alemãs) sobre a necessidade de “moeda segura¹⁶” e “finanças estáveis”.¹⁷ Estas ideias políticas foram usadas para empurrar políticas de aperto de cinto a todos os países a partir de 2010, enquanto para aqueles com problemas elas significaram redução radical do déficit e austeridade severa para lidar com os altos déficits e dívidas, empurrando tais países ainda mais fundo na recessão econômica. Apesar de claramente políticas em substância, estas políticas foram apresentadas como soluções tecnocratas apolíticas para as quais NHA, “não há alternativa” (ecoando a famosa frase de Thatcher). Como tal, em nível de UE o impulso a tais ideias não esteve sujeito a debate significativo no Conselho, deliberação no Parlamento Europeu, ou discussão na Comissão – em particular entre 2010 e 2012. O ponto aqui não é criticar estas políticas (de saída) como substancialmente ruins – ou elogiá-las como boas – mas tem havido pouco debate político de entrada legitimador sobre elas nas instituições da UE. A crise na Zona do Euro teve como resultado exacerbar as “políticas sem política” da UE ao mesmo tempo em que têm cada vez mais frustrado os eleitores nacionais que estão sujeito à “política sem políticas”. O único momento em que política parece ter sido trazida de volta foi no discurso de Mario Monti, recém indicado como Primeiro Ministro,

15 Schmidt, 2006, p. 21-29.

16 Tradução livre de “sound money”.

17 Veja Jones, 2013; Schmidt e Thatcher, 2013.

cujos discursos foram focados em promover crescimento, e no discurso de campanha do candidato à presidência francesa François Hollande (apesar de notavelmente menos quando se tornou presidente). Isto teve a vantagem de revelar que política também existe nas decisões institucionais a nível de UE. Mas são políticas da UE nas mãos – e calendários – das políticas nacionais.

Além disso, as mudanças nos processos de tomada de decisão “através” após a crise na Zona do Euro também significativamente afetaram as questões de legitimidade. No lugar da predominância de longa data do Método Comunitário de tomada de decisão conjunta entre o Conselho, Parlamento Europeu, e Comissão, a tomada de decisão intergovernamental pelo Conselho veio a dominar. E é o Conselho que na maior parte decidiu sobre as regras “através” a serem aplicadas aos países da Zona do Euro, largamente ausente a entrada no nível de UE através do envolvimento do Parlamento Europeu. Além disso, o intergovernamentalismo do Conselho também transformou largamente a Comissão em um secretariado, não só porque o Conselho com frequência decide sozinho sobre iniciativas, mas também por determinar mecanismos de implementação. Isso largamente limita a Comissão em relação ao monitoramento da observância, limitando sua flexibilidade em relação à aplicação das regras de uma maneira adaptada às frequentes diferentes necessidades do país em questão.

Notavelmente, mesmo que as mudanças relacionadas à zona do euro sobre políticas de entrada, de saída e processos através da UE pareçam ser perfeitamente legítimas, decisões e tomada de decisões da UE podem estar em contradição direta com o que pode ser visto como democraticamente legítimo a nível nacional. Por exemplo, decisões não-majoritárias (saída) pela Comissão e pela Corte Europeia de Justiça (CEJ) que são consideradas para promover o interesse geral amplo da UE com frequência tiveram impactos diferentes nos estados-membros, e em alguns casos podem ser vistos como se para enfraquecer o que acredita-se serem não só legítimas democraticamente, mas também chave para a solidariedade social. Não há dúvida que muitas decisões da UE têm, ao longo dos anos, oferecido resultados (saída) positivos para os cidadãos da UE, incluindo políticas focadas na igualdade dos gêneros e portabilidade de pensões. Outras, porém, tiveram efeitos negativos em alguns países. Entre estas, a iniciativa de serviços da Comissão, que em sua iteração privilegiou regras dos países de origem, incluindo pensões e taxas de salários para trabalhadores de serviço em países receptores, famosamente aumentando a imagem do “encanador polonês” na França; e as decisões da CEJ focadas na liberdade de movimento que reduziram os direitos dos sindicatos suecos à greve nos casos de Laval e Viking;

ou quando derrubou cotas na escolas de medicina na Áustria para alunos alemães. Apesar de que estes podem ser vistos de forma positiva da perspectiva da UE, como promovendo uma governança *polanyiana* de correção de mercado para todos os europeus¹⁸, da mesma forma, elas podem ser vistas negativamente de uma perspectiva nacional como uma destruição neo-liberal pós-*polanyiana* das relações de trabalho nacionais e sistemas de bem estar, violando as preferências dos cidadãos (entrada) nos países afetados.¹⁹

Mas enquanto decisões que vêm do nível da UE podem enfraquecer a democracia nacional, o mesmo pode ser dito das decisões nacionais que têm repercussões em toda a UE. Em tais decisões, rapidamente retiradas sob intensa pressão dos líderes da UE, estava a decisão do Primeiro Ministro grego George Papandreou de realizar um referendo na Grécia sobre a aceitação dos cidadãos em relação ao empréstimo de resgate da UE-FMI e o pacote de austeridade. A decisão de Papandreou por um referendo poderia ser vista como um desejo genuíno de trazer a participação de entrada de volta, ao permitir que o eleitorado votasse se aceitava o pacote de resgate e, por extensão, se manteria ou sairia da zona do euro. O problema aqui, porém, é que ao re-emancipar o público grego, ele estava unilateralmente desemancipando o público maior dos países da Zona do Euro, para quem o futuro do euro em si estava sujeito ao resultado do referendo grego.²⁰ Qualquer voto “não” teria sido um desastre econômico para a Europa, ao colocar em risco a sobrevivência do euro. Além disso, a preparação até o referendo teria significado desastre econômico na Grécia, com uma corrida aos bancos gregos enquanto as pessoas ficariam preocupadas com as incertezas do resultado na Grécia.

A Grécia não é o único país a potencialmente enfraquecer a “democracia” da EU ao impor suas próprias decisões aos europeus como um todo. A constante evocação da Corte Constitucional da Alemanha para atrasar decisões ou impulsionar mudanças no Tratado tem sido outra forma na qual um país pode impor suas próprias visões do que é democraticamente apropriado a toda a UE. A Chanceler Merkel usou a Corte Constitucional Alemã primeiro como uma razão para atrasar o salvamento da Grécia na primavera de 2010, levando a uma piora de crise e à necessidade de criar o Fundo Euro-

18 Caporaso e Tarrow, 2008.

19 Höpner e Schäfer, 2007.

20 Dehousse, 2011.

peu de Estabilização Financeira (FEEF) contra um contágio ainda maior. Ela também a usou para insistir na criação de um mecanismo de empréstimo de resgate permanente, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), dentro dos Tratados no outono de 2010, que levou ao aumento vertiginoso das taxas de juros sobre a dívida irlandesa quando a Chanceler insistiu que com isso haveria cortes, forçando a Irlanda a encontrar abrigo no Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) quando os mercados entraram em pânico. Além disso, a Corte Constitucional Alemã decidindo sobre a supervisão democrática das decisões significou, adicionalmente, que a Chanceler tem que consultar o Bundestag (a casa baixa do Parlamento Alemão) sobre qualquer grande decisão na UE. Isso ocasionou repetidas paralisações das reuniões do Conselho Europeu para que a Chanceler consultasse o Bundestag a fim de satisfazer as regras impostas pela Corte Constitucional. Mais importante, este processo garante que um parlamento nacional, ou melhor, o comitê encarregado das questões sobre a UE, tenha poder de vetar negociações a nível de UE que envolvem 27, e logo 28 estados-membros. O ponto aqui não é que estados-membros devam agir sem os processos democráticos nacionais que eles considerem necessários para manter a legitimidade, mas que isso pode causar sérios problemas à eficácia da tomada de decisão europeia – e portanto à legitimidade “através” – se estes tipos de exigências democráticas nacionais forem multiplicadas nos outros estados-membros da UE.²¹ Igualmente significativo, isso coloca em risco impor a todos os outros estados-membros da UE as exigências de entrada de somente um dos membros – para melhor ou pior.

Juntas, todas as questões delineadas acima sugerem que o trilema que Dani Rodrik identifica quando escreve sobre excessos da globalização – leia-se neo-liberalismo aplicado sem limite – é ainda pior para a UE.²² Enquanto na economia global hiper-globalizada força países a escolher entre soberania nacional e democracia, na UE a hiper-europeanização reduz enormemente a soberania nacional em troca de uma autoridade em nível de UE e controle conjunto,²³ enquanto a democracia está em risco.

21 Dehousse, 2011.

22 Rodrik, 2011.

23 Schmidt, 2002.

2. DESAFIOS DA CRISE NA ZONA DO EURO À LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA A NÍVEL DE UE

Antes da crise na Zona do Euro, a legitimidade da moeda estava largamente fundada na sua política de saída. Isto foi geralmente visto como positivo porque o euro protegia os países da Zona do Euro de maiores flutuações cambiais já que mantinha credibilidade como moeda internacional. O BCE, como uma instituição não majoritária com grande independência de autoridade política, ganhou muitos pontos pelos resultados (saída) macroeconômicos de suas políticas monetárias junto com sua crescente boa comunicação (saída) sobre tais políticas, apesar dos problemas iniciais sob Wim Duisenberg. A Comissão, como o órgão supranacional responsável pela supervisão tecnocrata do cumprimento nacional, era visto como fornecedor de boa implementação (através), apesar do fato que o Conselho frustrou seus esforços de vetar orçamentos de certos países-membros (ex. Grécia em 2004) para evitar a violação da soberania nacional. Além disso, poucos questionaram a falta de políticas de entrada em um domínio onde não era vistas como necessárias ou apropriadas, também a nível nacional. E o compromisso com a estabilidade através de inflação, dívida e déficits baixos, insistido pela Alemanha, anunciado primeiramente no Tratado de Maastricht e reiterado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, nunca foram questionados em princípio, apesar de praticados por França e Alemanha entre o começo e meio dos anos 2000, que forçaram um afrouxamento dos critérios baseado no fato que precisavam de mais tempo para atingir metas de déficit a fim de evitar a piora da recessão e, como “motores da Europa” diminuir o crescimento em toda a Europa.

Uma vez que a crise da dívida atingiu a Zona do Euro em 2010, e em particular uma vez que estados-membros tiveram que ir à UE e ao FMI para garantias de empréstimo de resgate enquanto os estados-membros da Zona do Euro em geral concordavam com a supervisão de seus orçamentos pela UE, crescentes perguntas surgiram sobre a legitimidade democrática destas medidas, práticas e políticas de atores institucionais. A UE foi criticada por alguns devido a seus processos (através) que eram muito lentos e suas políticas (saída) que eram inadequadas em resposta à crise da dívida na Grécia; insuficiente em relação às facilidades de garantia de empréstimo para países sob o risco de contágio e errônea em termo das políticas de “aperto de cintos” concordada por todos os estados-membros, com austeridade draconiana para países com

problemas, requerendo um nível de deflação de salários e ajuste econômico insustentáveis tanto política quanto socialmente.²⁴ Foi acusada por outros, porém, de políticas (saída) que resultariam em uma imprudente “união de transferência” e que violava as regras (através) nos tratados (em particular as do Tratado de Lisboa). Estas incluíam a cláusula de não-resgate que proíbe a UE e qualquer estado-membro de assumir compromisso ou responsabilidade financeira por qualquer outro; a cláusula que estipula que assistência financeira pode apenas ser dada a um estado-membro cujas dificuldades sejam causadas por “desastre natural ou ocorrências excepcionais além de seu controle”; e a cláusula que não permite que o BCE compre instrumentos de dívida de seus estados-membros, incluindo títulos do governo. Também houve preocupações sobre a falta de políticas nacionais (de entrada) por cidadãos do Nordeste da Europa e da direita que eram contra a “solidariedade econômica” envolvida nos empréstimos de resgate que eles sentiam que enviariam suas economias para o Sul; no Sudoeste da Europa, França, e na esquerda estavam cidadãos que viam pouca “solidariedade social” do Norte. Dito isso, reclamações também vieram daqueles que viam as decisões dos líderes dos estados-membros como ditados pelas políticas nacionais (entrada), com pouco em relação às necessidades e interesses do momento na UE como um todo. Apesar da Alemanha ser proeminente entre estes, dadas as preocupações dos líderes não só com a opinião pública negativa mas também com a Corte Constitucional Alemã, nós também podemos mencionar os finlandeses em relação aos resgates grego e português, os eslovacos no segundo resgate grego, e outros.

Diferentes atores institucionais da UE também vieram com críticas – e defesas. Assim, por exemplo, alguns líderes da UE defenderam o crescente intergovernamentalismo do Conselho como mais legítimo em questões de entrada. O ex-presidente Sarkozy, por exemplo, procurou legitimar ainda mais o intergovernamentalismo quando declarou, em relação à crise da Zona do Euro, que: “a Europa precisa de mais democracia”, e definiu uma Europa mais democrática como “uma Europa em que os líderes políticos decidem.”²⁵ A Chanceler Merkel, além disso, falou de forma aprovativa sobre o “método União Europeia” em seu discurso em Bruges, em Novembro de 2010. O que isso não é capaz de reconhecer é que deixando o principal da tomada de deci-

24 Scharpf, 2012.

25 Discurso de Sarkozy em Toulon, 1º de dezembro de 2011.

são para o intergovernamentalismo do Conselho Europeu e para as Cúpulas da UE – apesar do quão crucial possa parecer no calor da crise – está na verdade o menos democrático dos processos. Intergovernamentalismo sozinho dá a tais líderes maior poder de barganha aos países mais poderosos economicamente – leia-se Alemanha – e vantagem não-democrática nas negociações a portas fechadas do Conselho. Aquelas políticas “ordo-liberais” (leia-se neo-liberais mais regras) dominam a Zona do Euro, e uma “Cultura de Estabilidade” que predominou mesmo enquanto a Zona do Euro entrava em recessão, e pior, são testemunhas em grande medida do poder de um país no processo de tomada de decisão intergovernamental.²⁶

Para a Alemanha, viver segundo as regras (através) era produzir resultados (saída) eficientes. Esta é a melhor forma de explicar a constante reiteração pacto após pacto, seja o “Pacto pelo Euro”, o “*Six Pack*”, o “Pacto Euro Plus” ou o “Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governança na União Econômica e Monetária (TECG)”, das mesmas regras impulsionando rápida redução de déficit, reforçado em cada novo pacto por cada vez mais fiscalização e mais sanções onerosas. Esta ênfase na governança (através) pelas regras, ausente qualquer participação (entrada), veio ainda mais claramente no relatório Van Rompuy de 5 de dezembro de 2012, assinado pelos “quatro presidentes”.²⁷ Este documento propunha que todos os estados-membros concordassem através de “contratos” em se manter dentro das regras, seguido pelo reconhecimento que considerando o fato que qualquer um de tais contratos precisava de legitimidade e responsabilidade democráticas, parlamentos nacionais teriam que estar envolvidos, assim como o Parlamento Europeu. Mas em ambos os casos, o texto parece garantir a habilidade deles de discutir e talvez serem ouvidos, mas não parece permitir a eles recomendar mudanças nos “contratos” acordados pelo executivos nas negociações intergovernamentais de 17 dos governos da Zona do Euro, ou na negociação com a Comissão (o texto não clarifica qual). Mas se os parlamentos nacionais e da UE não têm poderes aparentes para emendar ou rejeitar, onde está a legitimidade na entrada?

Além disso, em tempos de crise, a regra intergovernamental do Conselho Europeu tentou impedir a participação do único órgão diretamente eleito

26 Sobre ordo-liberalismo, veja: Dullien e Guérot 2012.

27 Van Rompuy como diretor do Conselho, Draghi do BCE, Barroso da Comissão, e Juncker como líder do Eurogrupo de Ministros da Fazenda.

da UE, o Parlamento Europeu, e assim os debates que poderiam servir para emendar e/ou legitimar as políticas negociadas a portas fechadas. Apesar do PE ter sido requisitado a votar sobre uma ou duas iniciativas, tais como o *Six Pack*, ele não está envolvido nos mecanismos de resgate financeiro e garantia de empréstimos. Estes envolvem estados-membros, instituições da UE tais como o BCE e o Euro-grupo no Conselho, e o FMI – junto com parlamentos nacionais votando para concordar com o financiamento dos resgates onde seja necessário (como no caso do Parlamento alemão) ou para aceitar a condicionalidade que vem junto com o fato de ser resgatado financeiramente.

Além disso, as decisões sobre as crises do Conselho limitaram a Comissão no que diz respeito à governança da zona do euro, apesar de suas possibilidades aumentadas com o “Semestre Europeu”, ao impor objetivos numéricos iguais a todos e regras altamente automáticas para a zona do euro. Enquanto alguns podem aplaudir tais limitações na autonomia da Comissão, o que isso realmente faz é criar uma “governança (através) econômica” substancial pela dificuldade da Comissão, tais como políticas ajustadas a diferentes problemas, confrontando as diferentes economias políticas dos estados-membros.

Ao mesmo tempo, os poderes da Comissão da UE sob o Semestre Europeu causam problemas para a legitimidade de entrada nacional, já que o poder da Comissão para vetar orçamentos nacionais antes dos governos os submeterem aos parlamentos nacionais enfraquece um dos principais pilares do poder representativo dos parlamentos nacionais – controle sobre os orçamentos nacionais – e dos princípios da democracia representativa, na qual governos eleitos são responsáveis por aqueles que os elegem. O fato do mandato da Comissão da UE não apenas dar direito a vetar orçamentos nacionais, mas também sancionar governos que não acertam suas ações, só adiciona às preocupações sobre déficit democrático no que diz respeito à legitimidade de entrada dos parlamentos nacionais.

Os processos através colocam ainda um outro problema para a legitimidade democrática. A implementação de regras de austeridade tende a ser automática, com supervisão tecnocrática. A suposição aqui é que um bom processo tecnocrático “através” pela Comissão – oposto ao político de entrada pelo Conselho e pelo PE – servirá como o “*cordão sanitário*” garantindo a confiabilidade dos processos e, desse modo, sua legitimidade. Mas se a implementação das regras por parte da Comissão parecer opressiva, e parece aos países no sudeste europeu com sistemas corporativistas de negociação de sa-

lários, ou como se escolhendo favoritos, ao tratar países de forma diferente (ex. as sanções contra a Hungria enquanto a Espanha não foi punida por não atingir a meta do déficit, mesmo que isso possa ter sido apropriado), então, a legitimidade das políticas tanto de entrada quanto de saída também serão questionadas.

Notavelmente, o único ator institucional que se sai bem nesta análise de legitimidade democrática é o Banco Central Europeu (BCE). Como uma instituição não-majoritária, o BCE é geralmente visto como legítimo devido às suas políticas de saída, e possivelmente, seus processos “através” (que são com frequência fundidos com os de saída em discussões acadêmicas).²⁸ O problema é que as instituições nacionais não-majoritárias têm uma legitimação de dois gumes: primeiro, eliminar política (entrada) do domínio da política monetária garante melhores políticas (saída) e, segundo, que estas instituições operam à “sombra da política”, como produtos institucionais de atores políticos que têm a capacidade não só de criá-las mas também de alterar a elas mesmas e às suas decisões. A nível de UE, em contraste, a segunda legitimidade é ausente, devido aos processos (através) da UE (especialmente a regra de unanimidade para tratados) que são praticamente impossíveis de alterar uma vez estabelecidos, as decisões e suas regras governando as instituições não-majoritárias.²⁹

O BCE, como o mais independente dos bancos centrais, pode, então, precisar mais de sua legitimidade para ter sucesso em suas políticas (de saída) para compensar seu isolamento até mesmo da sombra da política (de entrada). E também tende a estar mais preocupado em se manter nas regras estabelecidas (através). Isso apareceu mais claramente nos primeiros dez anos do euro, enquanto os líderes do BCE constantemente reiteravam que para manter a “credibilidade” do banco perante os mercados, eles precisavam seguir o mandato do BCE (através) enquanto mantinham sua total independência das pressões políticas (de entrada) dos estados-membros. Mas notavelmente, desde a crise na Zona do Euro, o BCE tem crescentemente mudado de um foco em credibilidade “através” para resultados “de saída” – como reinterpretou uma regra após a outra a fim de salvar o euro. Isso começou quando, em maio de 2010, o BCE contornou a proibição de comprar dívida pública diretamente (e a cláusula de não-resgate) ao comprá-las em mercados secundários, a fim de ajudar

28 Majone, 1998; veja a discussão em Schmidt, 2013.

29 Scharpf, 2010; veja a discussão em Schmidt, 2013.

a parar o contágio da crise grega que se espalhava para outros países vulneráveis. Além disso, apesar de, na época, o BCE ter se recusado a fazer o que o FED e o Banco da Inglaterra estavam fazendo, que era salvar suas moedas agindo como Emprestador de Última Instância ou, mais simplesmente, por política monetária expansiva (imprimindo moeda), em julho de 2012, quando o líder do BCE Mario Draghi proclamou que faria “o que fosse necessário para salvar o euro”, o BCE entrou no papel de Emprestador de Última Instância. Como consequência, o BCE efetivamente mudou de um foco nos processos “através” para resultados de saída, com a estabilidade do euro como sua preocupação primária, e somente alguns fundamentalistas no Bundesbank alemão se opuseram em princípio (através).

O problema para o BCE é que, apesar do quão legítimo – e bem sucedido – possa ter sido em responder à crise, ele não governa e não pode governar – ou salvar – o euro sozinho. Em particular, problemas de legitimidade de entrada continuam.

3. DEMOCRATIZANDO INSTITUIÇÕES: A UE PODE POLITIZAR PARA LEGITIMAR?

Ao longo da crise, políticos, analistas de políticas e acadêmicos propuseram uma variedade de remediações às lacunas de democracia resultantes da crise na Zona do Euro. Estas contêm recomendações para melhorar políticas de entrada ao eleger o Presidente do Conselho através de um sufrágio universal, ou o Presidente da Comissão através das eleições do PE em 2014; processos “através” que reduziriam a tecnocracia em favor de uma “governança econômica” mais flexível da Comissão; e recomendação de políticas de saída, tais como estabelecer um Fundo Monetário Europeu; títulos europeus para partilhar a dívida ou mais recentemente (e mais modestamente) uma “Agência de Dívida Europeia” encarregada de emitir títulos somente para países com problemas; e “estabilizadores automáticos” tais como um esquema de seguro-desemprego em toda a zona do euro ou um “Fundo de Ajuste Cíclico” que coletaria de países super aquecidos sob as políticas monetárias “tamanho único que não serve em ninguém” do BCE, e pagaria a países em retração sob tal política.³⁰

Além de melhores políticas de saída, a principal questão é como o equilíbrio institucional da legitimidade democrática da UE pode ser reparado, entre

30 Relatório Padoa Schioppa, *Notre Europe*, 2012.

políticas de entrada e processos através? Pendendo o equilíbrio em direção ao Parlamento Europeu? Permitindo mais discricção a uma Comissão com mais poderes?

A eleição do presidente do Conselho através de sufrágio universal, como sugeriu recentemente o Ministro das Finanças alemão Wolfgang Schäuble, certamente pareceria conferir a maior legitimidade ao Conselho enquanto traz a UE para mais perto das pessoas.³¹ Mas é prematuro. O perigo no curto prazo é que sem uma cidadania europeia madura com um senso comum de identidade como a “*demos*”, a eleição se torna um plebiscito, sendo o candidato vencedor aquele cujo nome tem maior reconhecimento – um estrela pop, um herói do futebol – que venceria de políticos menos famosos, mas mais competentes e experientes.³² Além disso, sem qualquer pensamento sobre os poderes que o presidente do Conselho exerceria, tendo a legitimidade da eleição popular, ele poderia ter muito pouco poder, assumindo o posto como é constituído hoje, como organizador de reuniões e intermediário o compromisso entre os 27 líderes da UE, ou até poder demais.

Como um presidente do Conselho eleito por “todas as pessoas” interagiria com vinte e sete líderes de estados-membros eleitos somente por “algumas pessoas”? Não é provável que a eleição do presidente do Conselho por sufrágio universal, longe de aumentar o poder intergovernamental dos estados-membros como alguns líderes podem pensar, desse mais legitimidade e poder de imposição ao Presidente do Conselho diretamente eleito. Finalmente, porém, o jogo de poder funcionaria dentro do Conselho, e tal eleição pareceria consagrar o intergovernamenlismo, dando ao Conselho Europeu iniciativa e poder de tomar decisões e assim, eclipsando ainda mais o “Método Comunitário” de decisões conjuntas entre o Conselho, Parlamento e Comissão.

Em contraste, a eleição do Presidente da Comissão através de eleições parlamentares europeias – a preferência das maiores coligações de partidos do PE para as eleições de 2014 – poderia funcionar como vantagem para todas as

31 Evocado em seu discurso de aceitação do prêmio Charlemagne, em Maio de 2012. Veja também: Marquand 2011, p. 137.

32 Em um trabalho recente para o *German Marshall Fund Série Futuro da Europa*, no qual eu escrevo sobre cenários alternativos para o futuro da UE em 2020, eu sugiro jocosamente que em um futuro *dystopiEU* o candidato vencedor seria David Beckham. Veja Schmidt, 2012.

instituições.³³ No cenário previsto, cada principal coligação de partidos europeus nomearia seu candidato para a Presidência da Comissão, organizaria uma plataforma partidária, e faria campanha em todos os estados-membros, debatendo com os candidatos de outros partidos europeus sobre suas visões sobre como resolver a crise. Isso poderia ser reforçado se partidos nacionais nomeassem potenciais candidatos à Comissão para liderar suas listas partidárias, assim permitindo aos eleitorados nacionais ver um rosto conhecido na campanha europeia, e ter a chance de eleger o Comissário *deles*. Isso teria o valor adicionado de encorajar políticos nacionais de alto escalão a concorrer para o PE, e então servir como Comissários. O líder do partido vencedor seria naturalmente nomeado Presidente da Comissão pelo Conselho, enquanto o Presidente poderia então repartir as pastas da Comissão de acordo com a coalizão majoritária vencedora, nomeando membros da Comissão, em consulta com o Conselho, com base em seus talentos (e não só suas nacionalidades – mais encorajamento para candidatos de qualidade dos estados-membros).

Esta alternativa ajudaria a reequilibrar o sistema da UE ao dar ao Parlamento junto com o Presidente da Comissão mais legitimidade democrática, ao mesmo tempo que faria a Comissão mais responsável perante ao PE. Mas, mais importante, as eleições em si ajudariam a trazer real debate político (de direita/ esquerda) de volta ao processo de tomada de decisões da UE, assim estimulando interesse dos cidadãos e ajudando a gradualmente politizar a UE.³⁴ Dito isso, a maior dificuldade disso tudo, em particular para a esquerda, é como encontrar um lugar comum para uma plataforma partidária, em particular sob a luz da crise na Zona do Euro, dadas as divisões entre partidos social-democratas do Norte versus do Sul, ou Leste versus Oeste, e muito mais entre aqueles estão sob as ordens Troika e os que não.

Quanto à Comissão em si, a eleição de seu Presidente e Comissários aumentaria sua legitimidade como iniciador e implementador da legislação da UE, ao mesmo tempo em que relacionaria mais proximamente com o PE, assim sendo mais responsável perante a ele. Atualmente, a Comissão já aumentou seus poderes, o resultado de deveres de gerência da crise conferido a ela pelas decisões intergovernamentais do Conselho. Mas perdeu poder adminis-

33 Isso foi originalmente proposto pelos líderes dos partidos conservadores para as eleições de 2009, e retomado recentemente também pelos líderes do partido Social Democrata.

34 Para um argumento persuasivo sobre porque a UE deveria ser politizada de forma semelhante, veja: Hix, 2008.

trativo, considerando o quão estreitamente o Conselho definiu as regras a serem aplicadas. Com maior legitimidade representativa, a Comissão seria capaz de legitimamente exercer mais flexibilidade quando implementar políticas do Conselho e para adequá-las melhor aos diferentes modelos de crescimento econômico dos estados-membros. Tal flexibilidade, porém, não reproduziria o tipo de autonomia tecnocrática que tem hoje, já que seria ligada mais diretamente ao PE e suas promessas de campanha. Por exemplo, se as eleições do PE resultarem em maioria progressiva, a Comissão teria legitimidade política para reorientar as políticas da UE segundo seu mandato eleitoral, tal como os governos nacionalmente eleitos fazem com legislações e políticas existentes.³⁵

Além de reformas puramente institucionais a nível de UE, abrir novos canais de comunicação entre a UE e os níveis nacionais também ajudaria a promover legitimidade democrática. O PE poderia desenvolver laços mais diretos com os parlamentos nacionais através de relacionamentos de trabalho diários com os comitês de assuntos europeus dos parlamentos nacionais, entre comitês parlamentares nacionais especializados com seus respectivos a nível de UE, e realizando uma assembleia parlamentar anual UE/nacional, o último, antecipado no Tratado de Lisboa.

Além disso, o próprio Conselho poderia aumentar sua representatividade indireta se os governos dos estados-membros criassem novos canais de comunicação, mais diretos, ministério por ministério, para que seus cidadãos expressem suas opiniões sobre o posicionamento dos governos nacionais nas questões da UE.

Uma questão final se mantém: por mais democratizada que a UE se torne, os cidadãos vão participar? Desencantamento dos cidadãos com a UE, afinal de contas, não é só testemunho do fato que “é a economia, bobo”. É, também, que os cidadãos sentem que eles têm ainda menos a dizer sobre as decisões que mais os afetam do que no passado.

Isso é especialmente verdade para cidadãos dos estados-membros que tiveram que se submeter ao “amor duro” da UE, incluindo Latvia, Romênia e Hungria a partir de 2008-2009, e Grécia, Irlanda e Portugal a partir de 2010-2011, sem falar em Espanha e Itália desde então.

35 Note que uma Comissão politizada precisa não enfraquecer a natureza apolítica e tecnocrática do serviço civil da Comissão, do Diretor Geral para baixo.

Isso levanta a questão sobre se mais políticas de entrada na UE seria uma boa ideia no contexto da crise na Zona do Euro, que tem produzido sentimentos de diminuição de identidade ou confiança comum entre cidadãos europeus. Note-se que mesmo antes do início da crise na Zona do Euro, estudiosos descobriram clivagens transversais que adicionaram divisões pró e anti-europeias às divisões partidárias normais de esquerda/direita, mais uma crescente divisão entre uma ideia de Europa aberta e mais cosmopolita e uma visão fechada, mais xenofóbica.³⁶ Com a crise na Zona do Euro, estas tendências só cresceram. Elas são resumidas não só pela troca de farpas entre alemães e gregos, mas também pelos finlandeses exigindo garantia da Grécia por sua participação no empréstimo de resgate, e a recusa inicial da Eslováquia em sequer participar. Se os euro-céticos, muito menos os extremistas anti-Europa, aumentarem sua influência no decorrer da crise, o quão sensível ou viável seria a legislação por mais “democracia”?

As eleições do PE para Presidente da Comissão poderiam elas mesmas se tornarem uma aposta perdedora caso se mantenham como têm sido há muito tempo, questões de segundo escalão de pouco interesse para os cidadãos. A aposta seria completamente perdida, porém, se o único interesse vier do extremos políticos, deixando o PE com um centro diminuído cercado por extremistas de direita e esquerda. Sob estas circunstâncias, tais eleições politizariam somente para deslegitimar a Comissão e o PE.

Deixando de lado o desafio principal das políticas de saída, que é o modo de resolver a crise na zona do euro, o principal desafio para os líderes da UE em relação às políticas de entrada é criar um discurso político que legitime a integração política mais profunda, que qualquer solução à crise implica. Líderes da UE requerem uma narrativa para ajudar a construir um senso de identidade e solidariedade europeias enquanto procuram legitimar “mais Europa” para os cidadãos da Europa. E eles precisam fazer a UE parte dos discursos, debates, deliberações e, também, constatações nacionais – mas de forma positiva.

No momento, o problema é que a partir do nível da UE, os cidadãos em sua maioria ouvem pronunciamentos que emanam do Conselho através de seus próprios líderes nacionais, que emergem de suas reuniões dizendo uma coisa à sua imprensa nacional, outra à internacional, e com frequência falando sobre ‘linhas vermelhas’ que eles riscaram na areia – e que mudam com cada

36 Hooghe e Marks, 2009; Kriesi et al., 2008.

novo acordo. O que eles devem fazer, pelo menos, é fazer avaliações mais fiéis à situação.

Mas além de simplesmente falar a verdade, os líderes da UE precisariam articular novas visões para uma Europa mais profundamente integrada juntamente com novas narrativas sobre a crise na zona do euro. Eles precisariam ir além das histórias nacionais para criar uma nova visão de UE com narrativas que enfatizam, digamos, “prosperidade através de solidariedade” na UE, enquanto articulam um novo paradigma político-econômico que funcione. Qualquer tal novo conjunto de ideias, transmitidas através de debates reais nas eleições do PE para presidente da Comissão que delimitem as consequências dos paradigmas opostos de direita/esquerda, junto com uma economia que melhore, pode até servir para neutralizar os extremos políticos.

4. CONCLUSÃO

Como resultado da crise na Zona do Euro, a UE chegou a um impasse. O déficit democrático da UE, aparentemente resolvido no Tratado de Lisboa, voltou de forma vingativa, junto com uma volatilidade política crescente. A questão para a UE é, então, não só se é capaz de acertar a economia – desta forma garantindo mais legitimidade “de saída” – mas se consegue acertar a política – ao oferecer mais legitimidade “de entrada” através de meios democráticos de participação dos cidadãos e melhor comunicação entre as elites políticas. Mas também precisaria gerar mais legitimidade “através” com processos de governança que sejam mais equilibrados, significando menos intergovernamentalidade e tecnocracia, e mais tomadas de decisão “de entrada” conjuntas e parlamentares.

Mais políticas de entrada podem vir das eleições parlamentares europeias que servem para designar um Presidente da Comissão, com tudo que isso significa em termos de novas formas de política partidária em múltiplos níveis, assim como relações parlamentares. Isso também garantiria à Comissão mais legitimidade através, porque operar na sombra de políticas de entrada permitiria a ela mais flexibilidade em governança econômica, também permitindo a ela inventar políticas de saída que funcionem. Mas politizar a UE para legitimá-la requer não só uma reforma institucional “através” mas também novas ideias de saída sobre como resolver a crise e o discurso econômicos. Elites europeias precisam articular um novo paradigma econômico-político capaz de

resolver a crise na Zona do Euro juntamente com novas narrativas sobre a UE que sirvam para consolidar uma nova visão de uma Europa mais integrada. Ao fazer tudo isso, porém, as elites europeias precisariam estimular os cidadãos de forma mais positiva, para legitimar a UE enquanto eles a politizam. Nada disso será fácil.

VIVIEN A. SCHMIDT é professora da Cadeira Jean Monnet de Integração Europeia, e Diretora do Centro de Estudos Europeus, Universidade de Boston.

REFERÊNCIAS

- BENZ, Arthur; PAPADOPOULOS, Yannis. *Governance and Democracy* London: Routledge, 2006.
- CAPORASO, James; TARROW, Sidney. Polanyi in Brussels: European Institutions and the Embedding of Markets in Society'. RECON Online Working Paper 2008/01. www.reconproject.eu/projectweb/portalproject/RECONWorkingPapers.html
- COEN, David; RICHARDSON, Jeremy. *Lobbying in the European Union: Institutions, Actors, and Issues*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DEHOUSSE, Renaud. Référendum grec: une irresponsabilité choquante. *Telos* Nov 2, 2011. <http://www.telos-eu.com/fr/article/referendum-grec-une-irresponsabilite-choquante>
- DULLIEN, Sebastien; GUÉROT, Ulrike. The Long Shadow of Ordo-Liberalism' *European Council on Foreign Relations Policy Brief* ECFR 49 (February), 2012.
- HARLOW, Carole; RAWLINGS, R. Promoting Accountability in Multi-Level Governance, *European Law Journal* 13 (4), p. 542-562, 2007.
- HÉRITIER, Adrienne. Elements of Democratic Legitimation in Europe. *Journal of European Public Policy* 6 (2), p. 269-82, 1999.
- HIX, Simon. *What's Wrong with the European Union and How to Fix It* Cambridge: Polity Press, 2008.
- HOOGE, Liesbet; MARKS, Gary. A Postfunctionalist Theory of European Integration," *British Journal of Political Science* 39 (1), p. 1-23, 2009.
- HÖPNER, M.; SCHÄFER, A. A New Phase of European Integration: Organized Capitalisms in Post-Ricardian Europe'. *MOIFG Discussion Paper* No. 2007/4. <http://ssrn.com/abstract=976162>
- JONES, Erik. The Collapse of the Brussels-Frankfurt Consensus and the Future of the Euro. In: Schmidt, V.; M. Thatcher (eds.). *Resilient Liberalism: European Political Economy through Boom and Bust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KRIESI, H., GRANDE, E.; LACHAT, R. *West European Politics in the Age of Globalization* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MAIR, Peter. Political Parties and Party Systems. In: Graziano, P.; Vink, M. (eds.) *Europeanization* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.
- MAJONE, Giandomenico. Europe's Democratic Deficit. *European Law Journal*, 4 (1), p. 5-28, 1998.
- MARQUAND, David. *The End of the West: The Once and Future Europe* Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2011.
- MORAVCSIK, Andrew. Reassessing Legitimacy in the European Union. *Journal of Common Market Studies* 40 (4), p. 603-624, 2002.
- PIRIS, Jean-Claude. *The Future of Europe: Towards a Two-Speed EU?*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. New York: W. W. Norton, 2011.

SCHARPF, Fritz W. *Demokratietheorie zwischen Utopie und Anpassung* Konstanz: Universitätsverlag, 1970.

SCHARPF, Fritz W. The Joint Decision Trap. *Public Administration* 66 (3), p. 239–78, 1988.

SCHARPF, Fritz W. *Governing in Europe* Oxford: OUP, 1999.

SCHMIDT, Vivien A. *The Futures of European Capitalism* Oxford: OUP, 2002.

SCHMIDT, Vivien A. The European Union: Democratic Legitimacy in a Regional State?. *Journal of Common Market Studies* vol. 42, no. 4, p. 975-999, 2004.

SCHMIDT, Vivien A. Re-Envisioning the European Union: Identity, Democracy, Economy. *Journal of Common Market Studies Annual Review* 47, p. 17-42, 2009

SCHMIDT, Vivien A. *Democracy in Europe* (Oxford: Oxford University Press,), 2006.

SCHMIDT, Vivien A. Can the EU Bicycle turn into a Jet Plane by 2020? Two Pathways for Europe. *German Marshall Fund EuroFuture Series*, 2012

SCHMIDT, Vivien A. Democracy and Legitimacy in the European Union Revisited: De entrada, De saída and ‘Através.’ *Political Studies* vol. 61, no. 1 (forthcoming), 2013.

SCHMIDT, V. A.; THATCHER, M. The Resilience of Neo-Liberal Ideas. In: SCHMIDT, V.; THATCHER, M. (eds.) *Resilient Liberalism: European Political Economy through Boom and Bust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ZÜRN, Michael. Democratic Governance Beyond the Nation-State. *European Journal of International Relations* 6 (2), p. 183-221, 2000.